

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-552-7

2026

Nívia Barreto dos Anjos

Nelían Costa Nascimento

Ângelo Francisco de Sousa Andrade

Meirelande Barreto Rocha Andrade

Suomi Juana Oliveira da Silva Cabral

Eder Moraes Araujo

A AÇÃO EMANCIPATÓRIA DO LAZER COMO INÉDITO VIÁVEL:

UMA PROPOSTA PARA ESTUDANTES RESIDENTES
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RESUMO:

O presente artigo aborda a atuação do Núcleo Pedagógico e Psicossocial do Instituto Federal Baiano no desenvolvimento de ações voltadas à permanência de discentes do ensino médio integrado da residência estudantil. O princípio norteador do trabalho pauta-se no lazer como um inédito viável a ser atingido, visando alcançar uma Educação Profissional e Tecnológica emancipatória respaldada pela garantia dos Direitos Humanos. A metodologia utilizada é a sistematização da prática como espaço de reflexão teórica e metodológica. A relevância do artigo consiste na apresentação de um método inovador para organização do espaço profissional, baseado no rigor teórico e no envolvimento político e epistemológico dos educadores que atuam na Rede IF.

Palavras-chave: lazer; educação emancipatória; inédito viável; direitos humanos; permanência.

INTRODUÇÃO

O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o 'inédito viável' - demandando de nós a luta por ele (Freire, 1997, p. 511).

Inédito viável é um termo evidenciado por Paulo Freire com bastante intensidade. Em pesquisa realizada, Paro, Ventura e Silva (2020) indicam que a expressão inédito viável aparece em (09) nove obras de Freire, dentre as 38 (trinta e oito) analisadas (sejam livros individuais ou em parceria com amigos). Os estudiosos afirmam que ele não realizou definições claras sobre o termo, mas sua viúva, Ana Maria Freire (2014), procurou esclarecer nas notas explicativas do livro *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* que o inédito viável é algo que não foi claramente conhecido e vivido, mas que "quando se torna um percebido destacado pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pôde se tornar uma realidade (Freire, A. M., 2014, p. 225).

Neste sentido, Paro, Ventura e Silva (2020) registram que "Paulo Freire não se preocupou em dar ares de conceito ao termo"(p.4). Todavia, para os pesquisadores o educador pernambucano empregou o 'inédito viável' em nas suas obras em três eixos: 1) Condições e contextos do inédito viável; 2) Exemplos de inédito viável; 3) Sentidos de inédito viável. Explicam que Freire deixa bem claro que o inédito viável é um projeto no sentido de um futuro mais humano para os sujeitos e que ele deve ser pensado de forma coletiva. "O inédito viável representa uma alternativa que não se situa no campo das certezas, mas sim no das possibilidades" (p. 15). Sendo assim, o inédito viável se refere à concretude de possibilidades transformadoras.

O exercício político pedagógico e a materialização do trabalho socioeducativo do Assistente Social, de acordo com o pensamento

de Silva (2024), é transpassado por inéditos viáveis na realização de atividades emancipatórias. E especificamente ao atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) o profissional de Serviço Social precisa se amparar em concepções teóricas, metodológicas e políticas que possam contribuir na construção deste processo.

Neste sentido, é importante ressaltar que o Assistente Social que atua na EPT, para desenvolver o seu exercício político pedagógico de modo emancipatório, necessita atuar em equipe multidisciplinar. Claro que existem especificidades, mas a Política de Permanência requer um trabalho em colaboração com outras profissões. Sendo assim, na luta por inéditos viáveis na EPT: O Assistente Social, o Pedagogo, o Psicólogo, os Técnicos em Enfermagem e o Coordenador de Assuntos Estudantis precisam ser parceiros nos projetos sociais para que as atividades sejam realmente emancipatórias.

Com base nos estudos realizados por Silva (2024) é possível construir a seguinte indagação: “O exercício político pedagógico e a materialização do trabalho educativo da equipe social e psicopedagógica na EPT perpassa pelo inédito viável do lazer da comunidade estudantil como uma prática emancipatória?” No intuito de responder a esse questionamento foi definido o seguinte objetivo geral: Abordar sobre o lazer como um inédito viável a ser atingido, visando alcançar uma EPT emancipatória respaldada pela garantia dos Direitos Humanos. E os seguintes objetivos específicos: 1) Apresentar a categoria lazer como pertencente aos Direitos Humanos da comunidade estudantil na EPT; 2) Levar a comunidade pedagógica que atua na EPT a se conscientizar sobre a necessidade de abraçar coletivamente a luta pelo acesso ao lazer por parte dos estudantes; 3) Demonstrar a importância do lazer estar inserido na Política de Permanência, pois ele está relacionado a uma educação emancipatória.

A aproximação dos autores com o tema se deu em algumas etapas: 1) Por parte da Assistente Social, por meio de uma disciplina cursada no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, na

Universidade Católica do Salvador, na qual a profissional teve a oportunidade de estudar o lazer como categoria teórica referenciada como um Direito Humano. Esses estudos levaram-na a dialogar com a sua equipe de trabalho e juntos refletirem sobre o lazer, como um dos fatores preponderantes para a permanência estudantil, na EPT; 2) Nos achados da pesquisa realizada pela Pedagoga, no Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, na Universidade do Estado da Bahia, sobre a ausência de lazer na instituição e o impacto nas condições de aprendizagem e na saúde mental, apontados pelos(as) egressos(as) da do IF Baiano; 3) Quanto à Psicóloga, pelo apelo constante dos(as) estudantes com solicitações de projetos relativos ao lazer e a qualidade de vida estudantil; 4) No que diz respeito aos Técnicos de Enfermagem, nos constantes diálogos com os estudantes que adentram o setor com um nível de estresse muito elevado; 5) E no que se refere ao Coordenador de Assuntos Estudantis, especialmente nas reuniões com o Grêmio Estudantil e com os pais de alunos(as), nas quais as queixas da ausência do lazer eram constantes, principalmente em relação aos estudantes alocados na residência estudantil, visto que se trata de uma escola localizada em zona rural de difícil acesso.

Na trilha de responder à pergunta levantada, o caminho metodológico traçado por esse artigo passa por estudos teóricos que referenciam o lazer como um direito humano e que reforçam a inclusão desta categoria como essencial dentro da política de permanência, visto que o lazer é fundamental em uma educação emancipatória. Será também esboçada uma metodologia de trabalho para o IF Baiano Campus Santa Inês que poderá se tornar referência para EPT como um todo, pois se trata de um inédito viável que requer luta, mas que se expressa como uma possibilidade transformadora.

Essa metodologia de trabalho é conhecida como sistematização da prática. De acordo com o pensamento de Netto (1989), ela consiste em uma estratégia metodológica de antecipação da reflexão teórica, possibilitando uma organização de dados da realidade

social. Neste sentido, o referido autor comenta que a sistematização da prática oferece diretrizes teórico-metodológicas para a concretização da prática profissional. Sendo assim, esse artigo caminha nesta trilha de análise teórica para instituir um procedimento para que a prática profissional seja direcionada para a garantia do lazer como um direito essencial do estudante.

Nas considerações finais, este artigo trará como proposta que os Assistentes Sociais, os Pedagogos, os Psicólogos, os Técnicos em Enfermagem, os Coordenadores de Assuntos Estudantis e toda a comunidade acadêmica da EPT abracem coletivamente o lazer e lutem efetivamente pela sua sistematização, pois se trata de um inédito viável a ser conquistado.

Acredita-se que este seja um artigo relevante pois aborda uma questão que não é priorizada (apesar de ser fundamental), principalmente em virtude de tantos cortes orçamentários na EPT, ampliados de forma persistente desde 2017.

Diante do exposto, esse trabalho procurará demonstrar que o lazer tem a mesma relevância que os laboratórios altamente equipados, as salas de aula perfeitamente mobiliadas e o refeitório estudantil que oferta alimentação balanceada, porque ele é sinônimo de educação de qualidade socialmente referenciada.

A CATEGORIA LAZER COMO EXPRESSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A interface entre Serviço Social e Direitos Humanos, conforme estudos realizados por Carvalho (2018) é inerente à identidade profissional. A autora reforça essa concepção ao lembrar que a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) define o Serviço Social

como uma profissão dos Direitos Humanos. O Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (1999) esclarece que “a área do Serviço Social em si mesma tem implícita uma dimensão de Direitos Humanos” (p. 85). O Documento ainda ressalta que a FIAS foi criada em 1956, e desde 1966, tem promovido Simpósios e Conferências Internacionais e dentre as prioridades da instituição “destacam-se as questões relativas aos Direitos Humanos” (ONU, 1999, p. 102).

La preocupación inicial del trabajador social como profesional tiene como objetivo principal satisfacer las necesidades humanas en este sentido, los derechos humanos son un elemento clave en la práctica profesional[...] Es com este conocimiento profundo de los derechos humanos que los trabajadores sociales colaboran en la definición de las políticas sociales, además de llevarlas a la práctica (Ferreira *et al*, 2016, p. 291-292).

E assim como os Direitos Humanos são um elemento chave na prática do Assistente Social que atua na EPT, também essa conceitualização se aplica a todo o Núcleo Pedagógico e Psicossocial (NAPSI) que trabalha dentro da política de permanência e que se empenha pela garantia da efetivação de uma educação emancipatória.

Freire (2023) conceitua a educação como um ato político. Neste sentido, o autor afirma que “a visão ou compreensão dos direitos humanos e da educação dependem de como eu me vejo no mundo politicamente” (Freire, 2021. p. 37). Sendo assim, o Assistente Social, o Pedagogo, o Psicólogo, os Técnicos em Enfermagem e o Coordenador de Assuntos Estudantis para atuarem na EPT de forma emancipatória precisam compreender a educação como esse ato político no qual os Direitos Humanos devem ser uma prioridade.

Neste sentido, a luta pela inserção do lazer como um dos eixos da política de permanência deve ser uma bandeira levantada dia após dia, mesmo com tantas necessidades e com tantos cortes orçamentários. Isto porque o lazer deve ser um direito garantido na

EPT, tanto quanto os laboratórios modernos, as salas de aula confortáveis e a alimentação balanceada.

Em relação aos cortes orçamentários, Anjos (2020a) afirma que “o projeto de constituir a educação profissional como centro de excelência incomodada os detentores do capital” (p. 5). A autora ainda comenta que o capitalista almeja colocar em xeque a Educação Profissional e para isso procura “abocanhar literalmente o orçamento destinado aos Institutos e Universidades Federais” (p. 13). Então retratar sobre lazer em período de cortes acentuados requer uma consciência crítica que reforce seu significado social, político e cultural.

Nesta perspectiva, Soares Neto (2018) afirma que as políticas públicas voltadas para o lazer referem-se a um direito constitucional. “No decurso da consolidação dos direitos brasileiros, o lazer sempre veio associado à promoção e inclusão social, ao bem-estar, ao processo de interação entre indivíduos ou mesmo como um meio de combate a violência ou insegurança” (p. 97). Para o autor, o direito ao lazer engloba o acesso a necessidades básicas em relação ao bem-estar, a interação e a socialização. Mas o estudioso lembra que “o lazer, sejam atividades de desporto ou cultural, não é uma realidade comum a todos” (p. 98).

Todavia Soares Neto (2018) ressalta que o lazer possui um lugar educativo, devido às suas possibilidades pedagógicas, visto que ele proporciona ao sujeito “socialização, desenvolvimento cultural, intelectual e físico; capacidade crítica e transformadora de uma realidade; e ainda incentiva a criatividade” (p. 98).

Convém destacar que ainda segundo Soares Neto (2018) as atividades desportivas constituem apenas uma das vertentes do lazer. Do mesmo modo, comenta o autor que “pelo quadro de desigualdade que existe em nosso país, o setor de lazer requer maior investimento da esfera pública visando cumprir o direito grafado na

Constituição brasileira” (p. 108), pois ele é “produtor de igualdade para a construção da cidadania” (p. 108).

Marcellino (2008) explica que dentre os estudiosos do lazer existem duas linhas: 1) Os autores que destacam o aspecto atitude, concebendo o lazer como um estilo de vida independente de um tempo determinado; 2) E os autores que focalizam o aspecto tempo livre do trabalho, mas também de outras exigências, quer familiares, sociais ou até mesmo religiosas.

O lazer considerado como ‘atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente, a satisfação provocada pela atividade. Assim, qualquer situação poderá se constituir em oportunidade para a prática do lazer – até mesmo o trabalho. [...] Já o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado [...] uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade; por exemplo, ouvir música enquanto trabalha. Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível [...] Apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência que se verifica na atualidade, entre os estudiosos do lazer, é no sentido de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos – tempo e atitude (Marcellino, 2008, p. 28-31).

Neste sentido, considerando como tempo e atitude, Marcellino (2008) concebe o lazer como veículo da educação e afirma que “as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade a nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento...” (p. 60). O autor procura se distanciar de uma análise funcionalista do lazer e comenta que “só tem sentido em se falar em aspectos educativos do lazer se esse for considerado[...] como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social” (p. 63-64). Ou seja, as pessoas precisam ter mais prazer em viver.

Então, sendo o lazer uma categoria relacionada a tempo e atitude, que contribui para a construção de uma nova ordem social na qual as pessoas tenham prazer em viver, ele aqui é compreendido como uma expressão dos Direitos Humanos, por isso a luta pela sua implementação na política de permanência na EPT deve ser intensa.

A LUTA PELO LAZER NA EPT NA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Ao discutir sobre a educação, Freire (2022/2023) afirma que ela precisa ser corajosa e que os sonhos consistem em projetos pelos quais deve-se lutar. Nesse sentido, coragem e luta são elementos essenciais para se enfrentar a luta pelo lazer na Política de Permanência, na EPT. Esta modalidade de ensino, ainda que de base dualista, historicamente, vem buscando superar essa fragmentação, convergindo para uma educação emancipatória e socialmente referenciada, tendo por base a ampliação do acesso e a garantia da permanência.

Compactuando com esse pensamento e ao estudar a política de permanência estudantil, Silva (2024) afirma que

Ao abordarmos o acesso-permanência socialmente referenciada estamos nos referindo à compreensão de que a permanência estudantil requer tanto condições materiais quanto subjetivas/imateriais para que os estudantes possam acessar, ser e estar na instituição educacional, que deve garantir que o direito à educação seja condizente com a diversidade cultural, econômica, social e territorial dos estudantes, de modo que se reconheçam e se sintam pertencentes ao território educativo e ao processo de aprendizagem que respeite seus saberes, sua história,

valorize sua autonomia e desperte o senso crítico e de solidariedade de classe, com direção social e política dessa permanência. (SILVA, 2024, p. 210 e 211)

Esta colocação de Silva reforça a necessidade de se lutar pelo lazer na política de permanência, como forma de possibilitar a todos os estudantes da EPT o sentimento de pertença e de valorização cultural e territorial, ampliando as suas condições de aprendizagem e com isto a permanência, até à conclusão do curso.

A Rede EPT “após passar por várias reformas, sob diferentes influências e contextos ao longo do tempo”, conforme Oliveira e Frigotto (2022), é hoje um diferencial em todo o Brasil, pois além de oferecer uma educação emancipatória, possui uma política de permanência em uma perspectiva de formação integral. No seu percurso histórico, transformou-se em um centro de excelência, notadamente para os filhos e filhas dos trabalhadores. No entanto, vem sofrendo na atualidade ataques das políticas de cunhos neoliberais implementadas, todavia vem procurando resistir amparada na percepção de que a coragem e a luta dos seus defensores também fazem parte da filosofia desta rede.

Silva (2024) afirma que a permanência exige uma intensa análise da educação e na sua incorporação em um sistema repleto de contradições, que possibilitem a promoção e o enfrentamento nas escolas “das expressões de situações concretas de desigualdade, opressão, racismo, xenofobia, machismo, etarismo, transfobia aporofobia e tantas outras” (p. 211). E os espaços de lazer também podem se tornar locais de debates sobre esses temas, de forma dinâmica e criativa. Mas a conquista desses ambientes diferenciados requer muita coragem, pois não interessam as políticas neoliberais.

No que se refere a permanência, Carmo, Manhaes e Cola (2018) lembram que o acesso e a permanência são “princípios sobre os quais o ensino brasileiro deve ser ministrado e que cada um deles

leva o mesmo peso em sua sintaxe e a mesma relevância em suas garantias” (p. 58). Ou seja, um sem o outro não pode existir. Nesse sentido os autores esclarecem que o acesso deve ser considerado como processo e não como um fato isolado sintetizado na matrícula. Desta forma, o apoio ao estudante deve perpassar toda a sua vida acadêmica, pois a permanência é um direito à aprendizagem.

Conforme Tinto (1993) as instituições de ensino devem ser capazes de discernir de forma confiável como as suas ações impactam as formas de permanência do estudante. O estudioso lembra que o termo “abandono” passou a conectar uma forma de fracasso individual, uma falha da pessoa em estar à altura das exigências da vida acadêmica. Por isso, a aplicação generalizada desta nomenclatura pode cegar as escolas para a forma como elas próprias são responsáveis pelo abandono dos seus estudantes (pelo menos parcialmente).

Seguindo essa linha de pensamento, Freire (2021) registra que “Não há evasão escolar. Há expulsão” (p. 105). O patrono da educação brasileira diz que “os meninos populares são reprovados e, em seguida, expulsos da escola [...] Não há evasão coisa nenhuma, há expulsão, a escola expulsa o menino do povo (p. 233).

Nesta perspectiva, Carmo, Minhaes e Cola (2018) afirmam que as pesquisas sobre permanência precisam se distanciar das pesquisas sobre evasão. Pois a evasão se circunscreve à procura das causas e dos efeitos do ato de sair; enquanto que a permanência “se volta para toda uma busca institucional para que o processo de ficar seja olhado a partir de ângulos outros que intervenham na educação que é ofertada ao estudante” (p. 61).

Pensar sobre a permanência, ao invés de na evasão, é pensar nas possibilidades de sucesso, é valorizar o que está dando certo. Quando se muda o olhar do que falta para o que se tem, novas concepções serão apontadas

e novos operadores educacionais serão viabilizados para maior compreensão do atual panorama da educação (Souza; Carmo, 2023, p. 6).

Sendo assim, Carmo, Minhaes e Cola (2018), destacam três pontos fundamentais para que os estudantes permaneçam na instituição: 1) O discente precisa experimentar conhecimentos apreciáveis no processo de aprendizagem na sala e aula; 2) O estudante necessita receber suporte da instituição de ensino; 3) O aluno de forma imprescindível deve crescer como cidadão dentro da instituição.

Neste sentido, o Núcleo Pedagógico e Psicossocial (Napsi) do IF Baiano campus Santa Inês tem procurado atuar nestes três pontos, aproximando-se da sala de aula e dos docentes, oferecendo suporte aos estudantes e trabalhando com ações que fortaleçam a cidadania dos discentes, consciente de que o acesso não é um fato isolado, mas um processo que requer todo o acompanhamento social, pedagógico e psicológico da comunidade estudantil. E de forma especial o Napsi se aproxima com mais intensidade dos estudantes residentes, tanto em relação ao acesso quanto à permanência. Até porque antes de adentrarem na residência estudantil todos os discentes recebem visita domiciliar com o intuito de estreitar as relações com os familiares e de conhecer in loco a sua realidade.

O IF Baiano Campus Santa Inês possui em média mil alunos e por demanda espontânea todos podem ser acompanhados pelo Napsi, porém os residentes são os que precisam de um apoio mais intenso, tanto as do alojamento feminino quanto os do masculino. A faixa etária dos discentes é de 14 a 17 anos. O fato de estarem afastados do núcleo familiar acaba impactando os estudantes e levando-os a se aproximarem mais do Napsi. E por isso, dentro desta perspectiva de indissociabilidade entre acesso e permanência, o suporte aos estudantes residentes se torna prioritário. E nesse processo de acompanhar o ficar/o permanecer dos estudantes um programa específico sobre o lazer se torna fundamental.

O LAZER COMO PERTENCENTE À EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: METODOLOGIA DE TRABALHO PARA O IF BAIANO CAMPUS SANTA INÊS

Conforme Almeida (2006), o esforço da sistematização não consiste apenas na geração de dados e informações, todavia trata-se de um processo que envolve a produção, organização e análise destes com base em uma postura crítico-investigativa.

Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões, em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias (Almeida, 2006, p. 4-5).

Dentro desta concepção, o trabalho dos profissionais do IF Baiano Campus Santa Inês caminha direcionado para uma perspectiva transformada, principalmente na atuação junto a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.

A Política de Assistência Estudantil do instituto traz como um dos seus princípios e diretrizes: “garantia da liberdade de aprendizagem, por meio de articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como do incentivo às **práticas artísticas, culturais, desportivas** e de política estudantil” (IF Baiano, 2019, p. 2, grifo nosso).

Dentre os Programas contidos nesta política, encontra-se o de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer – Pincel, que é destinado a todos os estudantes O IF Baiano possui 8 (oito) programas e na divisão dos recursos pela Comissão Local de Assistência Estudantil

(Clae), o Pincel é sempre o menos favorecido, sendo liberado eventualmente recursos para que os estudantes participem de forma individual de concursos desportivas em outros Estados. Os professores anualmente procuram a Clae para se informar sobre a possibilidade de organizarem eventos culturais com estudantes, mas quando se deparam com as questões burocráticas para ter acesso ao recurso, acabam desanimando, principalmente porque o campus Santa Inês fica localizado em uma área distante de museus e de outros equipamentos culturais.

Os autores deste artigo atuam há mais de uma década no IF Baiano Campus Santa Inês, e têm percebido nas suas práticas profissionais o quanto a questão do lazer necessita ser aprimorada no campus, primordialmente em relação aos estudantes do ensino médio integrado à educação profissional que moram na residência estudantil, uma média de 220 (duzentos e vinte) alunos, sendo que muitos não vão passar o final de semana com seus familiares, devido à distância das suas cidades de origem, até porque alguns estudantes são procedentes de zona rural de difícil acesso. Apesar de não se tratar de uma escola de educação do campo, é sem dúvida uma escola que oferece uma educação no campo, visto que fica localizada a mais de 3 (três) quilômetros da área urbana da cidade de Santa Inês, integrante do município classificado como de pequeno porte.

Como uma instituição pluricurricular, especializada na oferta de EPT, de acordo com a Lei nº 11. 892/2008 (lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), o campus Santa Inês oferta cursos em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional. Assim, oferta quatro cursos de educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta integrada, quais sejam: Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática. Um curso na modalidade da educação de jovens e adultos: o Técnico em Agropecuária, Pedagogia da Alternância e um Curso na forma subsequente, o Técnico em Informática.

No que trata dos cursos de graduação, o campus oferta dois cursos de licenciatura: Geografia, e Ciências Biológicas, um curso de bacharelado: Zootecnia e dois cursos pós-graduação *Lato Sensu*: Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

A estrutura de sala de aulas e de laboratórios reflete a qualidade do ensino ofertado. A residência estudantil é destinada aos estudantes do ensino médio integrado e inclui também o acesso a três refeições diárias de alto valor nutritivo. Em Relato de Experiência apresentado no I Congresso Internacional online de Educação Profissional, Territórios e Resistências, e publicado nos Cadernos Macambira, Anjos (2020) afirma que

Vale ressaltar que todos os estudantes que ingressam na Residência Estudantil do *Campus* Santa Inês recebem visita domiciliar. Não se trata de uma visita fiscalizatória, mas de um momento de aproximação entre a escola e a família, e de conhecimento da realidade social, das relações familiares e dos conflitos que a perpassam. Realidade esta que reflete a descartabilidade que o sistema capitalista pretende impor sobre a classe trabalhadora [...] 93% dos estudantes ingressantes em 2020 são provenientes de escola pública [...] 78% dos estudantes residentes ingressantes possuem renda per capita inferior a 50% do salário mínimo (Anjos, 2020b, p. 5 e 7).

Diante desta realidade, surge então um outro questionamento por parte dos profissionais e do grêmio estudantil que é muito próximo da equipe: Será que estudantes na faixa etária de 14 a 17 anos de idade que se afastaram do seio familiar para ter acesso a uma educação socialmente referenciada estão preparados para enfrentar em torno de 19 (dezenove) disciplinas em um ano letivo sem ter seu direito ao lazer garantido? Será que somente salas com cadeiras muito confortáveis, laboratórios ultra equipados e alimentação diferenciada são suficientes para garantir a permanência desses adolescentes na instituição de ensino? Será que o lazer para esses

estudantes é um inédito viável inatingível ou um projeto a caminho da educação emancipatória?

Conforme o pensamento de Pouzas (2012), é necessário perceber que o lazer é um veículo da educação, pois colabora para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, contribuindo para uma educação comprometida com a transformação social, pois “as pessoas conseguem ampliar ainda mais suas habilidades, seus conhecimentos e suas sociabilidades” (p. 28). O autor ainda destaca que a busca pelo lazer na escola enfrenta uma forte tensão para que o estudante saiba “lidar com os inúmeros atributos escolares aos quais é submetido. Dessa maneira, a busca por vivências de lazer, dentre outras atividades, constitui emergências de um cotidiano sobrecarregado de tarefas” (p. 67).

Exatamente no sentido de amenizar esse cotidiano sobrecarregado de tarefas, o IF Baiano Campus Santa Inês, antes do agravamento dos cortes orçamentários por parte do governo federal, fez aquisição de materiais referente a um cinema para os estudantes residentes. Foram adquiridos todos os equipamentos, inclusive as cadeiras específicas, e Napsi coordenou o Projeto Cine IF. O cinema só comportava 27 (vinte e sete) estudantes por sessão.

Semanalmente os residentes eram convidados a participar de uma enquete sobre o filme da semana e, com muito entusiasmo, acompanhavam as sessões que eram supervisionadas pelo Psicólogo que após o filme dialogava com os estudantes sobre o enredo, abrindo debates sobre relações de classe, raça e etnia. A avaliação dos estudantes era bastante positiva, eles verbalizaram que amavam o Projeto e se envolviam com muita intensidade.

O Projeto Cine IF funcionou de 2017 a 2020, sendo suspenso no início da pandemia e foi um diferencial no campus. Atualmente, o Projeto precisa ser revitalizado, pois como os aparelhos ficaram parados durante mais de dois anos, o seu funcionamento ficou

prejudicado. Além disso, a instituição necessita disponibilizar um espaço físico mais adequado, em virtude de ter sido instalado o cinema em uma sala pequena da biblioteca.

Ressalta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Resolução 117/2021, registra que o IF Baiano tem sua origem a partir das escolas agrícolas. Registra que “O IF Baiano trabalha buscando o compromisso social e cultural [...] proporcionando itinerários formativos com foco na verticalização dos estudos, pensando na formação integral do(a) estudante [...] (IF Baiano, 2021, p.29). Apresenta como um dos seus valores, “valorização dos (as) discentes, promovendo a formação integral, a permanência e o êxito” (p.30).

Então, fica claro diante da legislação institucional que o inédito viável do lazer faz parte da filosofia do IF Baiano. Até porque uma das vertentes da formação integral dos (as) discentes registrada nesse documento é o incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer.

Sendo assim, o Napsi do IF Baiano Campus Santa Inês apresenta uma proposta metodológica referente a um Programa de Lazer para os Estudantes Residentes (Pler). O Programa destina-se aos estudantes que moram na residência estudantil do referido campus e será coordenador pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial, composto pelos seguintes profissionais: Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga, como também o Coordenador de Assuntos Estudantis. O Setor de Enfermagem da instituição também poderá oferecer uma rica contribuição. O Grêmio Estudantil prestará assessoria ao Napsi no desenvolvimento do Pler.

O Pler tem como objetivo possibilitar que o estudante residente permaneça na instituição ampliando suas habilidades, seus conhecimentos e suas sociabilidades, visando a promoção do seu bem-estar social, acadêmico e emocional. As ações do Pler estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária, logística, infra estrutural e de recursos humanos do campus. Todavia, parcerias com academias da região e até com as prefeituras serão buscadas.

Inicialmente, o Pler englobará dez ações:

1. Reativação do Cine IF, em espaço arejado e com debates de temáticas referentes a relações de classe e raça-etnia, com encontro semanal;
2. Realização de debates com o grêmio estudantil para discussão de ações voltadas para o lazer dos estudantes residentes;
3. Organização de uma sala de jogos educativos em espaço apropriado;
4. Oferta de aulas de zumba e aeróbica para os (as) estudantes residentes;
5. Oferta de aulas de boxe e muay thai para os (as) estudantes residentes;
6. Compra de equipamentos para aquisição de aparelhos de musculação e cárdio para os estudantes residentes, supervisionada por um professor contratado;
7. Promoção de feiras educativas referente a temáticas definidas pelos estudantes residentes;
8. Promoção de Festivais de Músicas sobre temas referentes a relações de classe e raça-etnia,
9. Intercâmbio com os estudantes residentes de outros campi do IF Baiano, com direito a visita às atrações turísticas das cidades dos campi;
10. Construção de uma Piscina Semi Olímpica, com parceria de projetos como o "Segundo Tempo" que possibilitou aos campi Senhor do Bonfim e Catu do IF Baiano a edificação da piscina. Após a construção do espaço educativo será realizada uma parceria com o Centro Universitário Leonardo da Vinci, na cidade de Jequié, para que os estudantes do curso

de Educação Física que moram no município de Santa Inês, desenvolvam projetos para os estudantes residentes do Campus Santa Inês, supervisionados pela faculdade.

Diante do exposto, acredita-se que esta proposta de programa é um inédito viável possível, pois faz parte de uma política de permanência inserida em uma educação emancipatória, na qual os estudantes residentes são sujeitos sociais que resistem aos ataques neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização[...]com vistas à reinvenção do mundo (Freire, 2021, p. 39-40).

Quando Freire (2021) convida os sujeitos sociais a reinventarem o mundo, ele tem a certeza de que o Assistente Social, o Pedagogo, o Psicólogo, os Técnicos em Enfermagem e o Gestor são tão sujeitos neste processo quanto os estudantes, que jamais poderão ser vistos como objetos. Todos são despertados para a luta contra o desmonte que o capital financeiro traça cotidianamente contra a EPT. E essa trilha requer mobilização, denúncia e muita ousadia.

Seguindo esse caminho, esse artigo procurou demonstrar que a educação emancipatória requer coragem e uma consistente análise das contradições que perpassam a EPT na garantia dos direitos humanos dos estudantes, e, de forma especial, daqueles que moram na residência estudantil. Mesmo em uma época em que os cortes orçamentários são intensificados, compreender o lazer como uma prioridade é realmente um ato de bravura e até de valentia diante de tantos ataques das políticas neoliberais.

A EPT tem dado respostas a estas afrontas, ao buscar produzir uma educação emancipatória e de qualidade socialmente referenciada. E uma das formas que a EPT utiliza para enfrentar as afrontas neoliberais é produzindo conhecimento, mostrando o seu diferencial enquanto rede de ensino: Teses, dissertações, artigos científicos. Produções técnicas têm provado o quanto a EPT oferece uma educação diferenciada.

Por isso, pensar em um programa de lazer para os estudantes de uma residência estudantil em um campus localizado em uma cidade pequena no interior da Bahia é um inédito viável possível. Pois se trata de uma rede nacional que tem demonstrado a capacidade de ofertar laboratórios de excelência e sala de aulas modernas com professores mestres e doutores. Além disso, um suporte pedagógico e psicossocial para a comunidade acadêmica que não precisa apenas ter acesso, mas permanecer.

Permanecer vendo seus direitos humanos respeitados e valorizados. Permanecer com bem-estar social, emocional e acadêmico. Permanecer mostrando que estuda em uma rede que oferta educação socialmente referenciada. Permanecer se mobilizando e gritando “Tira a Mão do Meu IF”. Permanecer enfrentando as relações de classe e raça-etnia na luta pela construção de uma nova sociedade, justa e igualitária. Permanecer reinventando o mundo e lutando por inéditos viáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a Teoria de “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. p. 1-10.

ANJOS, Nívia Barreto dos. Os ataques à educação da atualidade. **Cadernos do CEAS**, v. 45, n. 249, p. 186-203, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n.p186-203>.

ANJOS, Nívia Barreto dos. A semente da formação humana integral na residência estudantil do IF Baiano Campus Santa Inês. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL ONLINE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS, 1., 2020, Serrinha. Anais [...].

Cadernos Macambira, v. 5, n. 2, p. 1-10, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

CARVALHO, Maria Irene de. Sistema educativo e serviço social nas escolas: breve introdução. *In*: CARVALHO, Maria Irene de (org.). **Serviço social em educação**. Lisboa: Pactor, 2018. p. 1-15.

CARMO, Gerson Tavares do; MANHAES, Elane Kreile; COLA, Maria Luiza Terra. Pistas sobre a permanência estudantil: iniciativas de um núcleo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vicent Tinto. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 54-63, jan./jun. 2018.

FERREIRA, Jorge; ROCHA, Helena; FERREIRA, Paula; PÉREZ, Pablo. Derechos humanos y justicia social en la formación de trabajo social. *In*: DIEZ, Esther Raya; SELLER, Enrique Pastor. **Trabajo social, derechos humanos e innovación social**. 1. ed. Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2016. p. 287-300.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Notas explicativas. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 273-333.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2021-2025: democracia, cooperação e governança. Resolução nº 117/2021.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Política de assistência estudantil**. Resolução nº 01/2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Coleção Fazer/Lazer).

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *In*: **Cadernos ABESS n.3: A Metodologia em Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 141-153.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT e sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. *In*: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos (org.). **As bases conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. p. 13-27. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/article/view/221/232>. Acesso em: 28 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Direitos humanos e serviço social**: manual para escolas e profissionais de serviço social. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainha & Neves, 1999.

PARO, César Augusto; VENTURA, Mirian; SILVA, Neide Emy Kurokama. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-dol00227>.

POUZAS, Ubiratan Santos. **Lazer, juventude e ensino médio/técnico**: um estudo sobre as tensões estabelecidas entre os processos de escolarização e lazer na Coltec. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araújo. A importância do lazer no contexto social: elementos para o desenvolvimento e consolidação de políticas públicas. **Mediação**, Pires do Rio, GO, v. 13, n. 1, p. 96-111, jan./jun. 2018.

SOUZA, Rozana Quintanilha Gomes; CARMO, Gerson Tavares de. Permanência escolar: uma revisão bibliográfica. *In*: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 8., 2023, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: CONEDU, 2023. p. 1-11.

SILVA, Williana Ângelo. **Para além da “Eva viu a uva”**: o colher e o semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. 2024. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

TINTO, Vincent. **Leaving college**: rethinking the causes and cures of student attrition. 2. ed. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1993.

Nívia Barreto dos Anjos

Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), com diploma reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Especialista em Instituições Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (CEFET-BA). Coordenadora do Grupo de Estudos "A Dignidade Humana em uma Perspectiva Freireana", no IF Baiano, Campus Santa Inês. Assistente Social do IF Baiano, Campus Santa Inês. É pesquisadora do Projeto O Consumo do Café da Manhã pelo Estudante Residente do IF Baiano Campus Santa Inês Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSSE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4225-9868>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3909321002652152>

E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

Nelian Costa Nascimento

Mestra em Gestão da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (2024). Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1993). Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Integrada Euclides Fernandes (2013). Membro do Grupo – Grupo de estudos e pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação. Atualmente, é pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Santa Inês e atua na gestão de Assistência Estudantil. Atuou na Rede Estadual de Educação, como docente e gestora. Tem interesse nos seguintes temas: educação profissional, políticas públicas, permanência na educação profissional técnica e gestão escolar. É membro do Grupo de Estudos "A Dignidade Humana em uma Perspectiva Freireana", no IF Baiano, Campus Santa Inês. É pesquisadora do Projeto O Consumo do Café da Manhã pelo Estudante Residente do IF Baiano Campus Santa Inês.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5961-7027>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5829578955625880>

E-mail: nelian.nascimento@ifbaiano.edu.br

Ângelo Francisco de Sousa Andrade

É Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo. Possui graduação em Hotelaria pelo Instituto Federal de Alagoas (2016). Atualmente é Coordenador de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês. Desenvolve o Projeto de Ensino: A Dignidade Humana na Perspectiva Freireana: Um projeto emancipatório com estudantes residentes do IF Baiano Campus Santa Inês. É pesquisador do Projeto O Consumo do Café da Manhã pelo Estudante Residente do IF Baiano Campus Santa Inês.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4225-9868>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4196870082649053>

E-mail: angelo.andrade@ifbaiano.edu.br

Meirelande Barreto Rocha Andrade

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa, Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental. Trabalhou como psicóloga do CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social de 2007 a 2011. Tem experiência na área de Violência doméstica, com ênfase em criança e adolescente, atuando principalmente nos seguintes temas: violência sexual e violência contra mulher. Atualmente é psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Santa Inês, atuando principalmente, com os seguintes temas: psicologia escolar, pesquisa-intervenção, educação inclusiva, relação saúde-educação, Projeja educação do Campo e Orientação Vocacional.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2153-8526>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9036075413797043>

E-mail: meirelande.rocha@ifbaiano.edu.br

Suomi Juana Oliveira da Silva Cabral

Tem experiência na área de Vigilância Epidemiológica na Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. Há 15 anos é Técnica em Enfermagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Santa Inês, atuando principalmente em atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde. É pesquisadora do Projeto O Consumo do Café da Manhã pelo Estudante Residente do IF Baiano Campus Santa Inês.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6665-5491>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7690468027126268>

E-mail: Suomi.franca@ifbaiano.edu.br

Eder Moraes Araujo

Possui graduação em Gestão Hospitalar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2016), especialização em ATENÇÃO DE EMERGENCIA PRÊ HOSPITALAR pela Faculdade Iguaçu (2023), curso-tecnico-profissionalizante em Técnico em Enfermagem pelo Centro Educacional Maria Milza(2005). Atualmente é Técnico em enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem em Saúde Coletiva. É pesquisador do Projeto O Consumo do Café da Manhã pelo Estudante Residente do IF Baiano Campus Santa Inês.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8956-1256>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1250808930439699>

E-mail: eder.araujo@ifbaiano.edu.br